

## PUBLICAÇÕES RECENTES ACERCA DA PENÍNSULA IBÉRICA

(TERCEIRA NOTÍCIA)

O pequeno volume da colecção «Magellan», dedicado à Península Ibérica, é obra dum geógrafo espanhol <sup>(1)</sup>. De acordo com a índole da colecção, a ideia central da síntese será a posição da Península Ibérica perante o mundo actual — paisagem e problemas, situação demográfica e económica, perspectiva do futuro. Mas, ao mesmo tempo, o autor propõe-se chamar a atenção para factos que, embora fora da preocupação fundamental do trabalho, interessam pela discussão e confronto de diferentes pontos de vista: concepções de autores ibéricos, que «vêem a Península por dentro», com as vantagens e riscos inevitáveis, e considerações mais recentes de autores estrangeiros. Um plano clássico divide o trabalho em quatro partes. Uma breve introdução apresenta a Península, inter-relacionando três factores fundamentais: a sua situação na latitude do Mediterrâneo, a sua posição no extremo sudoeste da Europa, a sua forma e configuração. A primeira parte, de Geografia física, o próprio autor o confessa, é a mais extensa. Na segunda, chama-se a atenção para os momentos decisivos da história peninsular que permitem compreender os «Factores Actuais» — terceira parte. Finalmente, na quarta e última parte, encon-

---

(1) VILÁ VALENTI, *La Péninsule Ibérique* (col. «Magellan»), P. U. F., Paris, 1968, 290 pp.

tram-se de novo, em síntese, os «Factores de Diversidade» e os grandes desequilíbrios ou «Contrastes Regionais».

A introdução apresenta-nos a Península Ibérica como um exemplo do mundo mediterrâneo e ainda um caso original dentro dele: a unidade radica na dominância mediterrânea dos elementos climáticos e biogeográficos consequentes; a variedade, que é encruzilhada de influências, explica-se pela sua posição. É este o tema central de toda a primeira parte do trabalho.

A análise do quadro físico revela: diferenciação zonal desde a Ibéria sempre húmida à Ibéria subdesértica; contrastes periferia-centro e papel da Meseta; contraste este-oeste ou dissimetria de fachadas atlântica e mediterrânea; variedade introduzida pela altitude. Nos capítulos de relevo e clima, o esquema é forçosamente menos simples. No capítulo «Relevo e Configuração», o autor destacou, numa primeira parte, génese e formação do relevo: expõe de uma maneira breve e esquemática a geologia da Península (Ibéria siliciosa, calcária e argilosa) e a sua reacção aos sistemas tectónicos, os processos morfoclimáticos, em especial a importância que ganhou hoje a hipótese periglaciária na interpretação do modelado de pormenor. A segunda parte do capítulo tem como título «Meseta e Relevos Periféricos». Quer dizer, a metodologia com que foi apresentada a disposição das formas do relevo «tem um verdadeiro sentido para a Península» (p. 9). A unidade da Meseta é o traço dominante do relevo ibérico: o seu papel no carácter maciço do continente; a área hipsométrica compreendida entre 400 m a 1100 m sobre 56,1 p. 100 do território espanhol; é uma mesma superfície fundamental que domina os cimos das *cordilheiras do interior* (Cordilheira Central e Montes de Toledo). *Os relevos da periferia* são já fronteiras: o cordão de alturas do Gerez ao Larouco até ao Montemuro separa a área atlântica da trasmontana; a cadeia cantábrica corta as relações do interior com a costa, o que explica a importância fundamental de colos de montanha, como o de Pajares; a cordilheira ibérica entre a Meseta e a depressão do Ebro; a Serra Morena, ainda bordo meridional da Meseta, mas uma muralha da depressão do Guadalquivir. *Unidades morfológicas exteriores* são cadeias montanhosas, como os Pirenéus ou a cordilheira bética, e as depressões do Ebro, Guadalquivir, Tejo e Sado. Contudo, a importância destas planícies no relevo ibérico é fraca; alguns autores mesmo não distinguem a depressão continental do Ebro da cobertura terciária da Meseta. Comparadas com ela, contínua e compacta, as depressões e planícies correspondem a «unidades isoladas e fechadas, enquadradas por montanhas de difícil acesso para o interior ou mesmo comunicando dificilmente entre elas» (p. 39).

O capítulo do clima obedece a dois planos; o primeiro segue o esquema geral: uma península mediterrânea — o tipo de tempo que prolonga o Inverno até que se instala bruscamente o Verão é ainda um contraste com a Primavera das latitudes mais elevadas —, mas a única, entre as terras mediterrâneas da Europa, com áreas nitidamente subdesérticas. Outro plano de análise é o critério da duração

da estação seca, que nos faz compreender o verdadeiro carácter do clima da Península, os seus *arcos climáticos*. Na fachada norte, a zona cantábrica é a zona inteiramente húmida, porque um mínimo de secura de Verão, embora pouco acentuado, existe no Norte de Portugal e Galiza; a estação seca ocupa metade do ano na parte mais continental da depressão do Ebro e na fachada sudeste, a sul do Cabo da Nau. O papel moderador do Atlântico é evidente: na fachada ocidental, o clima quente e seco é nítido a uma latitude de 37° 10' (Algarve); na vertente oriental é já pronunciado mais a norte, a uma latitude de 41° 10', e, pelo contrário, o sector de tendência húmida é muito reduzido e limita-se ao pequeno «apêndice setentrional» da Catalunha.

A esquematização de ideias mestras de Geografia física da Península não simplifica a variedade, variedade que deve ser interpretada considerando uma escala mais reduzida do espaço; o longo Inverno existe em zonas montanhosas da Ibérica periférica; «os máximos pluviométricos registam-se na Serra da Graza, situada na extremidade ocidental da cordilheira bética» (p. 52); a azinheira, nitidamente mediterrânea, penetra em pequenas ilhas de clima quente e seco do interior da Ibéria húmida.

Na segunda parte da obra — «Herança do Passado» na situação actual — o autor evoca épocas decisivas para a Península. O comércio externo, virado para o Mediterrâneo, que nasceu com a actividade comercial dos Gregos e Cartagineses, é um fenómeno nitidamente localizado. Verdadeira diferenciação de grandes áreas dentro da Península só se esboça mais tarde, e o seu carácter é diverso: na Hispânia romana surge, pela primeira vez, uma população especificamente urbana. Mas a segunda fase de urbanização, ligada a um conceito diferente da cidade, é que foi decisiva na separação duma Península rural, a norte, e a Ibéria muçulmana, urbanizada, essa a que hoje nos referimos quando falamos do *problema do Sul*.

O autor dá particular atenção à Expansão Ibérica. Representa o ponto de partida para a explicação da «evolução moderna» dos estados ibéricos. Metais preciosos e especiarias falam apenas da face eufórica do grande período da história peninsular. O reverso foi o torpor do vasto território interior, recentemente reconquistado. «Paradoxalmente, nas metrópoles enriquecidas, como Castela na segunda metade do século XVI, aparece o espectro da fome e de colheitas deficientes.» (P. 117). No século XVIII, as leis de desamortização e a queda do *Ancien Régime* apenas favoreceram a criação de novos latifúndios nas mãos da burguesia. Meros exportadores de matérias-primas, numa acentuada situação de dependência em relação aos países europeus, os estados ibéricos vão desconhecer a revolução industrial dos fins do século XVIII. Apenas nos antigos centros de artesanato da Catalunha e País Basco se operou um renascimento técnico. Daí a situação geral do subdesenvolvimento, grandes contrastes de economia e populações no interior do bloco peninsular, agravados desequilíbrios regionais. Comparem-se as percentagens do sector primário nas províncias da Galiza, Leão e Zamora com as da periferia; o fenómeno industrial e urbano é extremamente

localizado (centro têxtil catalão e siderurgia basca, as regiões industriais de Lisboa e Porto) e a sua influência estende-se sobre vastas áreas. Por outro lado, o mundo rural domina a Península: concentrações importantes de vários milhares de habitantes, como na Mancha, Estremadura espanhola, Alentejo e Andaluzia, são aldeias. Na oposição de dois sistemas agrários, o minifúndio e o latifúndio, há de comum a impossibilidade de evolução pela persistência de velhas estruturas económicas e sociais. «O latifúndio [...] apresenta-se com traços característicos na Península [...] uma utilização do solo extensiva, de fraco rendimento»; mantém-se a subexploração de enormes propriedades à custa de um denso proletariado agrícola, mão-de-obra barata para as estações de trabalho, que se acumula nas grandes aldeias de gente que «nada possui senão braços».

Os «Factores Actuais» — População e actividades económicas — são analisados na terceira parte do trabalho. Problemas fundamentais: uma forte pressão demográfica (um aumento de 15,6 milhões de habitantes desde o início do século) e a distribuição sectorial e espacial da população. Balanço geral: por um lado, agravamento de desequilíbrios já existentes; por outro lado, o estado de «transição da Península que lentamente se afasta da posição das penínsulas subdesenvolvidas e não apresenta ainda as características da Europa ocidental» (p. 146). E insiste-se, *lento*, porque até a moderação da natalidade, capital na estrutura de um país a desenvolver, é um fenómeno irregular e localizado, o que se explica pelas raízes fundas dum ambiente tradicional da Península e dos seus contrastes. A oposição demográfica periferia-centro da Península compreende-se em termos de vitalidade: densidade e estrutura económica da população. As províncias de Barcelona, Guipúscoa e Biscaia têm mais de 200 hab/km<sup>2</sup>; outras seis províncias, também na fachada litoral da Espanha, assinalam-se entre os 100-200 hab/km<sup>2</sup>; os distritos de Lisboa, Porto e Braga contam 200 hab/km<sup>2</sup>. Pelo contrário, treze províncias do interior da Espanha e o Alentejo não atingem 30 hab/km<sup>2</sup>.

Comparando a importância do sector primário nas províncias do interior e da periferia da Espanha, em 1900 e 1950, tem-se uma ideia do agravamento do desequilíbrio no espaço de meio século. O êxodo rural alimenta o subemprego das cidades e encontra uma «saída, já tradicional»: a emigração. Mas hoje a palavra «emigração» tem para nós um sentido especial: uma nova direcção, quando se assiste à reconstrução industrial da Europa ocidental depois da segunda guerra mundial, uma outra intensidade que os números não chegam a revelar, quanto mais para o caso português, em que fala mais a grande emigração clandestina. Para Portugal, as regiões habituadas à sangria de homens são as tradicionais. No *problema do Sul*, comum às penínsulas mediterrâneas, o Alentejo representa um caso à parte pela falta de crescimento demográfico. Pelo contrário, em Espanha, o êxodo rural tomou outras proporções: não se restringe à área do Sul, onde a natalidade se mantém forte, ao mesmo tempo que a mortalidade tem

uma tendência recente para baixar; atinge mesmo regiões de baixa natalidade e fraca densidade de população, como Cuenca e Guadalajara.

Analisando as actividades económicas da Península, os três capítulos seguintes são dedicados, respectivamente, às actividades primárias, indústria e terciário. A agricultura ocupa 30 p. 100 da população activa em Espanha e 40 p. 100 em Portugal (<sup>2</sup>). O autor insiste no tipo de cultura e a área que lhe é dedicada, o seu papel na economia interna e externa (<sup>3</sup>); a estrutura agrária, no que ela representa de propriedade e exploração. O mundo rural do interior, à excepção de algumas regiões irrigadas, permanece à margem da revolução da batata e do milho e da expansão recente das forragens e plantas industriais. Quanto ao sistema agrário, apresenta-se um quadro bem sugestivo da distribuição do latifúndio em Espanha. Dentro da área do sul latifundiário se inscrevem os minifúndios das províncias de Alicante e Almeria e, mesmo no interior de um pequeno espaço como a província, os contrastes são já muito marcados: na província de Salamanca há 397 propriedades com mais de 250 ha; contudo, a extensão de minifúndio faz baixar a superfície média por proprietário na província para 13,30 ha.

O processo de industrialização da Península foi tardio e avança num ritmo lento e irregular. A deficiência de matérias-primas não basta para explicar o facto (só nos últimos anos nasceu a indústria siderúrgica espanhola; até então a Espanha exportava ferro em bruto). A modernização da indústria têxtil na Catalunha, em 1830, como sinal isolado da revolução industrial peninsular, não é um facto fortuito: hoje, como nó centralizador, desenvolve-se a grande região industrial em torno do centro urbano de Barcelona, principal foco de emigração peninsular.

No último capítulo da terceira parte estudam-se as actividades terciárias e «o problema crucial» da balança comercial: uma exportação irregular, sujeita aos condicionalismos naturais de crise de produção, exportação de produtos de luxo (o vinho do Porto, por exemplo) que vão sofrendo concorrência de outros produtos ou de regiões em condições climáticas análogas. O *deficit* é compensado pelas «exportações invisíveis»: exportação de homens para a Europa, turismo e investimento de capitais estrangeiros. Em especial para a Espanha, as divisas de turismo ultrapassaram, em 1953, as da exportação mais importante — os agrumes —, e cinco anos mais tarde equilibravam a balança comercial.

Depois de analisar os traços gerais da Península, insiste-se naqueles que permitem fazer uma ideia das suas divisões geográficas — última parte da obra. Num primeiro capítulo apela-se para os *factores*

(<sup>2</sup>) Estimativa de 1965.

(<sup>3</sup>) Quanto à importância da extensão de vinha, que se destina em grande parte a alimentar o mercado externo, veja-se o quadro da figura 13 (p. 168) — Principais sectores vitícolas. Para o caso português, é elucidativo o confronto com a nota de SERGE LERAT, «Production et commerce du vin au Portugal» (*Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, 1967, t. 38, fasc. 3, pp. 288-293). A representação gráfica de estatísticas ao nível do distrito dá uma ideia da importância da vinha quanto à percentagem de superfície ocupada e quanto representa no rendimento do distrito.

*de diversidade*: síntese de importância de factores físicos e humanos na individualidade das regiões; a orientação da política económica dos dois estados ibéricos e o seu papel na unidade ou diversidade regional. Para a Espanha, que ocupa grande parte do espaço da Península, «o velho problema ibérico de abertura para a Europa» é também o actual: o futuro do comércio externo depende das suas relações com os países do mercado comum. Para o caso português, o problema capital da manutenção é de ordem diferente e depende das suas relações com o ultramar: importação de matérias-primas, colocação dos seus produtos. No capítulo final apresentam-se os grandes *contrastes regionais*: não se desenvolve uma análise regional, mas procura-se focar o desequilíbrio peninsular, através da exposição concreta de regiões bem definidas e contrastadas. O esquema geral distingue terras periféricas: as fachadas setentrional e oriental; Portugal, todo ele periférico à Península; a Andaluzia, a sul, «a mais vasta das regiões periféricas espanholas». A Ibéria interior é por excelência a da depressão do Ebro e as duas Castelas.

Mesmo dentro da zona da Ibéria húmida há uma grande diversidade de economia, e as repercussões da revolução industrial contribuíram para acentuar grandes contrastes. Por um lado, precocidade de indústria siderúrgica no País Basco — o grande centro industrial no porto de Bilbao, o centro comercial em San Sebastián. No lado oposto, a preservação dum mundo rural em Vigo, onde a industrialização só hoje avança em franco progresso; no Minho, as funções comerciais e industriais concentram-se na cidade do Norte de Portugal — o Porto. Noutras regiões rurais, a penetração de indústrias operou uma ampla renovação económica; é o caso da parte central da zona cantábrica: um porto de indústrias metalúrgicas — Santander — e toda a província solicitada para uma economia pastoril intensiva do gado leiteiro.

Em Portugal, o autor distingue uma oposição fundamental — o Portugal do Norte e o Portugal do Sul. No entanto, não deixa de reconhecer as desvantagens de tal método esquemático, que convém, contudo, para a clareza numa exposição breve. O Porto figura-se-nos como foco de comunicações paralelas ao Douro — através do qual se escoou o excedente de população das terras do interior —, no extremo de um eixo que une as duas grandes cidades portuguesas, eixo de comunicações e de tráfego paralelo à costa. Para sul avança-se para «outra forma de colonização agrária». No Alentejo, uma paisagem que já nos é familiar desde a Ibéria interior, mas, contudo, destacando-se da Estremadura espanhola pela ausência dum centro de emigração importante.

«Apesar da riqueza agrícola aparente de alguns sectores, a Andaluzia é um dos exemplos mais extensos e mais típicos do que chamamos problema do Sul...» (P. 249). Mas, afinal, essa riqueza aparente não é mais um índice revelador dos grandes desequilíbrios do Sul? Os latifúndios andaluzes correspondem a 35 p. 100 da superfície dos grandes domínios espanhóis, e 24 p. 100 das grandes propriedades

de Espanha são andaluzas. Para a periferia oriental da Península faz-se referência à gradação de paisagens, que está na base da compreensão do que é a fachada da Meseta. Valência é nitidamente mediterrânea pela oposição clássica da terra do interior com a costa. Múrcia é ainda de transição: centrada nas *huertas* do vale de Segura, estende-se contudo desde as terras do interior da Meseta (mancha oriental) até à banda litoral sudeste. Sob a designação geral de Catalunha há três áreas distintas, do ponto de vista de região natural, e que se organizaram numa rede de influência de Barcelona: uma área pirenaica, uma área central que prolonga a depressão ibérica, uma área litoral que é um «apêndice setentrional da fachada oriental da Península».

No interior ibérico distingue-se Castela-a-Velha, acima de tudo Meseta, e Castela-a-Nova, a sul, com uma tendência continental menos acentuada no clima, pela ausência de barreira orográfica aos ventos atlânticos. Grandes contrastes de paisagem rural radicam nas fases da Reconquista: a norte procurou-se a consolidação do território através de mosteiros e pequenas comunidades rurais; são hoje comunidades agro-pastoris, aldeias aglomeradas com uma cinta de cortinhas e, mais longe, a última auréola de campos abertos com pousio pastoreado. Excluindo considerações locais, o autor mostra-se inclinado para a hipótese da modernidade da paisagem regular de pousio obrigatório em Castela — correspondendo a um equilíbrio entre cereais e necessidades de pasto no fim da Idade Média. Pelo contrário, a sul, Castela-a-Nova foi *terra de ninguém* repartida por ordens militares: hoje, paisagem monótona e lisa de grandes aldeias concentradas e distantes, onde habita um proletariado agrícola sem terra. As cidades do interior ibérico são, as mais das vezes, centros de comarca e núcleos administrativos; a própria terminologia indica a relação de espaço agrícola — função de cidade: *Campo ou Comarca de...* Algumas cidades revivem hoje num ritmo rápido para o comércio e indústria, como Valhadolid, centro de Castela-a-Velha. Ao sul, pelo contrário, toda a dimensão da cidade é apagada pela grande capital de Espanha. Essencialmente cidade política, só muito recentemente se tornou a segunda cidade industrial do país.

O *bordo ocidental da Meseta* é ainda Ibéria interior. Em Leão é bem evidente a passagem do campo de trigo, sobre a cobertura terciária, para o campo de centeio da Terra de Sayago. Mas «é sobretudo para a Meseta meridional que a orla ocidental tem uma grande extensão e apresenta características nítidas»: o Alentejo e a Estremadura espanhola. Impressionam as transformações recentes da paisagem alentejana: arroteias de charneca e obras de irrigação. Contudo, as grandes reformas estão por fazer, e persistem um tipo de exploração pouco rentável e a quietude de quadros sócio-económicos de rotina.

O tema «geografia da Península Ibérica no mundo actual» foi tratado segundo um plano clássico. A obra de VILÁ VALENTI, com um objectivo vasto, apresenta-nos conclusões gerais para a Península e, por outro lado, revela factos que passam muitas vezes despercebidos em obras de escola tradicional.

Seguindo um plano que permite «classificar dados fundamentais de geografia física e humana», os capítulos são estanques: os de Geografia física e histórica preenchem metade da obra; e se se apontam situações antecedentes (que o não são apenas por ordem cronológica), o plano não permitiu mostrar com brevidade e clareza o jogo de condições e o encadramento de factores ao longo duma evolução.

O autor define a situação actual da Península como estado da transição entre os países subdesenvolvidos e a Europa ocidental. Insiste no desequilíbrio peninsular. É certo que a Península é um *caso*, e uma comparação envolve riscos. Mas é pena que, propondo-se «definir e enquadrar a Península no mundo presente», o autor nos dê, afinal, uma ideia de mundo à parte, desligado de qualquer noção de relatividade de problemas de subdesenvolvimento, ou de áreas de marginalidade económica da Europa meridional.

A parte da Geografia regional decepciona. Muito rápida e «apenas esboçada», confessa o autor, obedece a uma concepção esquemática de compartimentação de espaços caracterizados sumariamente. Evoca-se mais a justaposição de paisagem rural e cidades do que traços fundamentais do esqueleto regional.

No fim do livro, uma bibliografia seleccionada de obras fundamentais e artigos recentes guia estudos mais pormenorizados; especialmente acerca da Espanha, interessa a bibliografia dos capítulos de Geografia económica e de população.

Os problemas da Península Ibérica são analisados por DRAIN na primeira parte dum volume da colecção «Europe de Demain», dedicado às três penínsulas mediterrâneas (\*).

Uma nova orientação nos estados ibéricos é manifesta a partir de 1959. Em sentido lato, e contrastando com a época anterior, ela significa uma abertura para a Europa e organismos internacionais. Qual é o balanço desta viragem, até que ponto a nova orientação, recente e frágil, pode esbater o peso de distorções e contrastes? Na relação de condicionalismo físico e dinamismo, o que significam freios e factores de desenvolvimento? Nesta hipótese de trabalho se compreende o plano da obra. Já no primeiro capítulo — Originalidade da Península Ibérica — se esclarece qual a «parte da história» e a «parte do condicionalismo físico» para uma Península do Terceiro Mundo. Nos dois capítulos seguintes apresenta-se a evolução económica espanhola, bem implícita na organização regional do território. No último capítulo estuda-se o território português: originalidade de influência atlântica num clima mediterrâneo, denunciada na geografia regional de Portugal; no aspecto económico, características comuns à Península; contudo, um maior atraso que radica em traços peculiares da estrutura do país.

A Península Ibérica pertence ao Terceiro Mundo, pelo que a noção implica de dependências a empresas e divisas estrangeiras — mais

acentuada em Portugal que em Espanha —, a distorção entre uma enorme massa de subproletariado e um sector de economia moderna; contrastes cidade-campo dentro da Península, que, a outra escala, estão bem evidentes na força de emigração para as cidades industriais da Europa: Champigny, nos arredores de Paris, é o exemplo mais vivo duma aglomeração miserável onde vivem perto de 15 000 portugueses.

Em relação à taxa de natalidade, a Península aproxima-se da Europa. A evolução reveste aspectos diferentes nos dois países: uma população envelhecida em Espanha; uma população jovem portuguesa, onde o crescimento anual é mais elevado e, contudo, a industrialização menos avançada. É no facto de a Península ser ao mesmo tempo do Terceiro Mundo e do mundo europeu que reside a sua personalidade.

A Península Ibérica permaneceu à margem da revolução industrial. Qual foi o papel do condicionalismo natural e histórico neste isolamento económico? A riqueza mineira está na base das grandes áreas industriais: Astúrias, País Basco e região catalã. Mas também é certo que as minas espanholas foram, durante muito tempo, exploradas por companhias estrangeiras e o minério exportado em bruto. Não é, portanto, a fraqueza de fontes de energia que tem a força de factor de subdesenvolvimento, mas sim a capacidade humana, o mesmo que dizer, as estruturas sociais. Mas a ausência duma verdadeira burguesia não se ligará, até certo ponto, a um condicionalismo natural? A posição da Península reveste factores positivos e negativos e a eclosão destes decidiu um desfasamento: por um lado, é um «promontório aberto sobre três mares», ponto de passagem; por outro lado, o isolamento e posição excêntrica, o carácter maciço do relevo não são favoráveis à vida de relação. Daí resulta que, «quando as margens mediterrâneas estão em pleno desenvolvimento, as terras atlânticas são ainda finisterras; raros são os momentos em que a Península tem um papel de encruzilhada a que corresponde a sua posição» (p. 17). Em conclusão, retoma-se o fio de estruturas intactas do interior da Península como factor de anilose: mesmo a expansão ibérica, que poderia ter sido já uma oportunidade para uma burguesia, foi animada por uma sociedade medieval.

Este balanço de factores está na base da grande *disparidade regional* que opõe o País Basco e a Catalunha ao resto da Península; explica os traços mais marcantes da economia espanhola (capítulo 2.<sup>o</sup>); permite compreender os *grandes conjuntos regionais* (capítulo 3.<sup>o</sup>). A «fábrica catalã», desenvolvida a partir da revolução têxtil do século XVIII, é um profundo contraste com o descalabro da indústria castelhana; desde o fim do século, a Catalunha é o único centro industrial da Espanha. Mas as raízes do fenómeno catalão vêm detrás — unidade histórica e precocidade de consciência política: o enraizamento do camponês aliado a um espírito de iniciativa, como elemento de progresso de economia agrária, o interesse do negociante na indústria têxtil, dotaram uma região onde as forças humanas foram preponderantes. Quanto à burguesia dinâmica de Bilbao, ela constitui uma excepção nos quadros sociais do país. Mas, aqui, os factores são

(\*) ANDRÉ BLANC, MICHEL DRAIN, BERNARD KAYSER, *L'Europe Méditerranéenne* (col. «Europe de Demain»), P. U. F., Paris, 1967. 270 pp. A Península Ibérica ocupa as pp. 11-91.

de outra ordem. E, encarando Astúrias e País Basco lado a lado, a interpretação é clara: no País Basco, as condições naturais eram favoráveis à vida de relação e, portanto, à industrialização. Santander situa-se num corredor de relações com o interior; uma tradição comercial e industrial precedeu a grande indústria metalúrgica do século XIX e pode alimentar um investimento de capitais na indústria pesada moderna. Pelo contrário, a região mineira das Astúrias está isolada e teve de esperar a abertura de comunicações da segunda metade do século XIX.

Outros tipos de contrastes que radicam noutra tipo de factores caracterizam a Península, uma vez que «a justaposição de pequenas regiões e gradação de influências encontram-se apenas na Catalunha e norte de Portugal» (p. 18). *Um contraste físico*, vigoroso, está ligado ao regime de precipitação (Ibéria seca e húmida). Já o *contraste demográfico* periferia-centro não deve ser simplificado a uma constante da geografia da Península. Assenta numa relatividade de condições naturais; associadas hoje a uma noção de clima doce e grandes possibilidades agrícolas, muitas das regiões periféricas foram sazonáticas e algumas são das menos povoadas; por outro lado, também é certo que a fragilidade da economia da área marítima é menor que a do interior isolado, onde apenas Castela-a-Velha, relacionada com o norte da Europa por meio do porto de Santander, constitui uma excepção. *O contraste Norte-Sul*, para o pequeno país de Portugal, é nítido; a sua importância liga-se à história agrária da Reconquista e o agravamento, hoje, do *problema do Sul* especifica claramente uma área.

Elementos de organização regional são paisagens agrárias e cidades. Cidade, a uma escala, revela um plano de diferenciação de bairros e o seu contexto social; em síntese, representa um momento histórico. É flagrante nas cidades espanholas a diferenciação de bairros do fim do século XIX: corresponde a uma época de expansão tardia que as cidades portuguesas desconheciam. Caracteriza-as o ordenamento do plano da cidade e a segregação da burguesia e do proletariado. A outra escala, cidade é elemento numa rede urbana e numa relação cidade-campo. A concentração das metrópoles regionais nas fachadas marítimas e o decorrente contraste periferia-centro caracterizam a rede urbana espanhola. Este é já um tema clássico da geografia da Península, que se deve interpretar à luz da compreensão do relativismo: porque até as cidades da fachada marítima são ainda núcleos numa rede urbana fraccionada. Barcelona é a única capital numa rede urbana hierarquizada, e a sua influência estende-se sobre toda a Espanha. É o principal centro de indústria e imigração. Em 1964 recebeu 144 000 imigrantes, quase o triplo da emigração madrilenha (5).

(5) É de frisar, contudo, que uma nota sobre a cidade de Madrid, baseada em estatísticas de 1964, atribui-lhe o lugar de primeiro centro de imigração (M. DAUMAS, «Quelques études récentes sur les villes espagnoles», *Rev. Géog. des Pyrénées et du Sud-Ouest*, 1967, n.º 3, p. 127). Abordando o tema de industrialização recente de cidades espanholas, aponta-se a imigração como principal factor do crescimento da capital da Espanha. Trata-se já dum verdadeiro excedente demográfico: grande parte da imigração faz-se à custa do êxodo rural de populações de baixo nível de vida e forte natalidade (Andaluzia e Estremadura).

Os grandes conjuntos regionais destacam as planícies do interior, a região catalã e os núcleos industriais do mar Cantábrico, a fachada mediterrânea. Em Castela-a-Velha há uma relação de paisagem agrária de pequena propriedade com a pulverização de cidades; ao passo que em Castela-a-Nova há um centro, grande capital — Madrid — «cidade inesperada, nada a anuncia, nada a justifica» (p. 53). A rede de comunicações que convergem no nó centralizador atravessa regiões sem actividade económica e destina-se apenas a alimentar a cidade. Na Catalunha, três regiões naturais se organizaram em função dum pólo. No mar Cantábrico, o desenvolvimento das Astúrias reduz-se às possibilidades de exploração das bacias hulíferas, ao passo que no País Basco domina já a força da indústria pesada, intimamente ligada ao verdadeiro capitalismo da cidade de banca — Bilbao. A fachada mediterrânea esteve continuamente interessada na especialização de culturas comerciais: culturas da horta, pomares de agrumes e planícies de arroz correspondem a diferentes estratos sociais numa população agrícola, e as cidades são portos de exportação. Finalmente, o grande conjunto da «Espanha pobre» agrupa a Andaluzia, Estremadura e Galiza, terras tradicionais de emigração. Na Galiza, o carácter isolador das terras do interior, opostas à vida intensa do litoral, condicionaram uma verdadeira finisterra. Na Andaluzia, os problemas numa estrutura agrária, baseada na monocultura da especulação, estão bem evidentes na constituição de aldeias de jornaleiros e de miséria, de que o autor nos dá, pormenorizadamente, dois exemplos.

A economia espanhola reflecte os problemas dum «velho país industrial e subdesenvolvido». Os factores numa «longa estagnação» são, por um lado, a fraqueza do equipamento de indústrias de base, a ausência dum verdadeiro capitalismo e decorrente exploração de sectores económicos por companhias estrangeiras, a letargia que uma política proteccionista de monopólios proporciona; por outro lado, a fraqueza do mercado nacional, que se explica pela importância do sector do subproletariado. A partir de 1959 há um súbito esforço de renovação que é, mais uma vez, um reflexo do desenvolvimento económico da Europa e dos Estados Unidos da América. Em 1965, o turismo permite à Espanha o primeiro lugar no mundo, ao lado da Itália, e cobre 80 p. 100 do *deficit* da balança comercial. Factores do equilíbrio da balança espanhola são ainda a transferência do dinheiro dos emigrados e os investimentos estrangeiros em Espanha: o nível de vida da mão-de-obra espanhola é aliciante para a colocação de capitais estrangeiros, é investimento humano na expansão da Europa industrial. A situação actual de Espanha, súbitamente moderna, é também um tema que o autor tem estudado com minúcia (6). Interroga-se sobre a consistência e significado dos motores dum *mito de desenvolvimento* estrangeiros a uma estrutura interna que teima em persistir. Os índices globais são surpreendentes: rendimento nacional, rendimento e consumo

(6) MICHEL DRAIN, *L'économie de l'Espagne* (col. «Que sais-je?»), P. U. F., Paris, 1968, 127 pp.

*per capita*, produção de indústrias e evolução das importações. Quadro aparente apenas numa orientação económica mais liberal e hábil. De tal forma aparente que, analisando os sectores económicos da Espanha e a sua evolução, o autor mostra-se céptico quanto ao «futuro incerto». A Espanha deixou de ser um país exclusivamente agrícola — a agricultura ocupa um terço da população e fornece um quarto das exportações. Contudo, é «no sector agrícola que residem os freios mais poderosos do desenvolvimento económico espanhol». Eles significam, essencialmente, condições de história agrária que prosseguem nos nossos dias, muito mais que influências naturais de utilização do solo.

O último capítulo da obra de DRAIN é dedicado a Portugal, que ocupa 15 p. 100 da área da Península e tem 25 p. 100 da sua população. País essencialmente mediterrâneo — no Norte um mês seco, no extremo sul meio ano —, é à influência atlântica que se deve a sua originalidade, permitindo distinguir o Noroeste, o Sul e o Nordeste.

A geografia regional de Portugal denuncia a paisagem original do Norte Atlântico, a gradação de influências mediterrâneas para sul, o eixo vital norte-sul ao largo do bordo litoral.

O Sul estende-se a partir da Serra da Gardunha: metade da superfície de Portugal, 18 p. 100 apenas da população total do país. Os traços peculiares da estrutura agrária ligam-se, por um lado, à arroteia recente — a densidade de população (30 hab/km<sup>2</sup>) é hoje dupla da que apresentava apenas há um século —, por outro lado, à distinção entre a grande propriedade, herança do passado, e o regime de exploração capitalista que nasceu no século XIX. Por exemplo, no distrito de Évora, 43,40 p. 100 da superfície pertencem a 151 grandes proprietários e o subemprego atinga um terço da população total em 1957. Uma situação de contrastes veio agravar-se com a mecanização da monocultura do trigo e a grande cultura regada do arroz. Apesar disto, não há qualquer projecto de reforma agrária: o plano de irrigação do vale do Sado propunha-se como objectivo o desenvolvimento da policultura e da pequena propriedade; dele não resultou afinal senão o incremento da monocultura do arroz, com as consequências sociais inerentes.

O elemento mais original da geomorfologia de Portugal é a franja litoral: a variedade das terras abaixo da montanha, entre o Minho e a paisagem que anuncia o Sul. Foi a plataforma baixa que proporcionou a «tendência atlântica» do povoamento em Portugal — e até à segunda metade do século XIX as ligações de Portugal com a Europa faziam-se apenas por mar, em função de intensa actividade da navegação fluvial e de cabotagem entre Lisboa e Porto. Hoje é a faixa de circulação do país — localização que define a rede urbana portuguesa —, eixo vital que une as duas grandes cidades.

A economia de Portugal revela um maior atraso em relação à do país vizinho; os problemas peninsulares encontram-se aqui agravados pela fragilidade dum indústria recente e pouco importante. Portugal sofre da falta de fontes de energia e de recursos mineiros. São as protecções aduaneiras e a mão-de-obra barata que permitem

subsistir uma indústria artesanal que, em 1950, ocupava 23,8 p. 100 da população activa. A mais importante é a indústria têxtil: ligada primeiramente a um mercado colonial, fornece hoje 14 p. 100 do valor das exportações e ocupa um quarto da mão-de-obra industrial. Quanto à indústria pesada, dada a estrutura do país, o seu equipamento pertence a firmas americanas.

No que se refere à estrutura agrária de Portugal, é frequente chamar-se a atenção para a situação alarmante do latifúndio. DRAIN expõe-nos outros problemas agrários, não menos importantes, que radicam em defeitos dum estrutura geral. Em Portugal, 42 p. 100 da população ocupa-se na agricultura; esta corresponde também 18 p. 100 do rendimento nacional bruto. Contudo, a importação de produtos alimentares é importante: para 1964, a importação de trigo representava um valor maior que o da exportação de vinho do Porto. Por outro lado, os produtos de exportação são artigos de luxo (o vinho do Porto) ou produtos brutos não transformados (a cortiça). Um quadro de produções de cereais para o período de 1934-1951 não deixa ilusões. O aumento de produção é mais um aumento de terra cultivada do que um aumento de rendimento. Tendo-se em conta que o incremento recente se liga, sobretudo, a culturas especulativas, como o trigo e o vinho, que é que isto significa para o mercado externo e principalmente para a situação de gente que vive da terra? O minifúndio não significa subsistência alimentar — veja-se a percentagem de propriedades abaixo do mínimo necessário a ela e a quantidade de jornaleiros nos distritos do Norte de Portugal. Como exemplo de camponeses desafogados, o autor cita a aldeia de A dos Negros. Que representa o saldo anual dum exploração deste tipo em relação à mensalidade dum emigrado em França? Mais ainda: esta magra receita acompanha a precipitação do preço do vinho ou do adubo e a flutuação dos dois produtos depende dos negociantes de vinho da cidade ou das decisões do monopólio.

Por isso, apesar das diferenças da densidade de população, a emigração atinge todo o país, de norte a sul. Um artigo recente dá-nos estatísticas sobre a emigração portuguesa, que forneceu à França o maior contingente de mão-de-obra em 1966 (7). Admitindo mesmo os riscos e distorções na comparação de estatísticas de países diferentes, o quadro geral da emigração portuguesa para a Europa é elucidativo. A direcção para a Europa é dominante a partir de 1963, e em 1966 ela acolhia 72,53 p. 100 do total de emigrantes portugueses (120 239); destes, 84,4 p. 100 destinavam-se à França. O artigo revela ainda estatísticas quanto à região de origem (províncias costeiras e Norte de Portugal são dominantes), as circunstâncias em que parte o emigrado, a balança das suas deslocações espacial e sectorial entre o país de origem e o país de emigração. Trata-se dum verdadeira mão-

(7) L. M. BATTISTI, «L'émigration portugaise vers l'Europe en 1966», *Information Géographique*, 1968, n.º 4, pp. 167-176.

-de-obra adaptada às necessidades da economia da Europa industrial; e veja-se como, conseqüente a uma crise da economia alemã, 18 p. 100 de emigrantes portugueses naquele país, em 1965, se reduziram apenas a 2 p. 100, em 1966.

As perspectivas de desenvolvimento em Portugal ligam-se em grande parte ao conceito económico duma burguesia portuguesa que é completamente distinta da do país vizinho: mais aberta a influências estrangeiras e com um tipo de vida bem evidente na variedade de importações de bens de consumo que afectam a balança comercial do país. Por outro lado, se os interesses no Ultramar definem uma política económica, eles estão implícitos na mentalidade duma burguesia.

O trabalho de M. DRAIN reflecte uma concepção de geografia. Quadro físico e história não são tratados como capítulos necessários numa obra de geografia. Fazem parte duma articulação complexa e global, base de reflexão objectiva sobre os problemas. Esta pressupõe uma preocupação de relatividade: meros elementos a ponderar ou verdadeiro condicionalismo natural; até que ponto, quando e porque é que a história explica uma situação actual; qual a importância respectiva, umas vezes mais clara e flagrante, outras vezes aparente, apenas, e ligada a outro tipo de interacção mais subtil. A unidade duma geografia humana e atitude de interpretação das formas de organização do espaço são os pontos essenciais da obra de DRAIN. Daí resulta uma estruturada compreensão dos problemas.

Contudo, o plano de apresentação do trabalho nem sempre nos parece muito lógico. O capítulo 2.º — evolução da economia espanhola — permitirá compreender os problemas regionais. Mas, mais do que isso, o capítulo foi amplamente desenvolvido como documento completo de toda a evolução de economia nacional e não tem o carácter de introdução dirigida de problemas. O capítulo não parece ter o papel intercalar entre a apresentação de contrastes no interior da Península e o estudo das diferentes formas de organização no espaço espanhol, a uma escala regional.

O que o autor chama «Organização regional da economia espanhola» é afinal geografia regional. O País Basco e a Catalunha mereceram uma atenção especial, porque evidenciam os mais flagrantes factores de desenvolvimento da Península. Por isso se diz que, «mais do que simples contrastes entre um sector de economia moderna e um sector subcapitalista característico do subdesenvolvimento, trata-se de contrastes de estruturas que opõem duas áreas»: as duas regiões desenvolvidas de longa data e o resto da Península. Mas, mesmo na apresentação das outras regiões da Península se mantém a mesma atitude: há estruturas diferenciadas e não sectores de espaço. Por exemplo, no Ebro, os sopés de solos móveis e precipitações abundantes constituem as regiões mais ricas, povoadas por pequenos e médios proprietários que exploram a terra, aglomerados em aldeias de pequena dimensão.

A «Originalidade de Portugal» evidencia-se através dum plano bem articulado. Veja-se a estrutura agrária: por um lado, ligada a

factores de ordem social e histórica, define grandes contrastes regionais; por outro lado, denota «defeitos de estrutura», uma realidade que tem mais a ver com uma crise agrária geral.

M. DRAIN, há muito familiarizado com os problemas peninsulares, tem acompanhado a publicação de diversos trabalhos. E, recorrendo a variadas fontes de informação, a obra reúne uma documentação recente; vejam-se, em especial, os mapas sobre transformação do cadastro em aldeias espanholas, o mapa de síntese sobre a plataforma litoral portuguesa e os estudos inéditos sobre estruturas sociais na Andaluzia.

*PAULA BORDALO LEMA*